

PEC DA REELEIÇÃO

AUXÍLIO DE BOLSONARO VALE MENOS QUE UMA CESTA BÁSICA

Bolsonaro só lembra de pobre na eleição

Páginas 8 e 9



MACHISMO

**VIOÊNCIA
CONTRA MULHER
EXPLODE NO
BRASIL**

Páginas 6 e 7



ESTADOS UNIDOS

**RETROCESSO AO
ABORTO LEGAL É
ATAQUE AS MULHERES
DE TODO O MUNDO**

Página 11



páginadois

CHARGE

CENTRÃO



“Esse banheiro todo mundo usa? Mas eu sou o Mario Frias”



MARIO FRIAS, que desferiu chique, fez exigência e distribui desaforos nos primeiros momentos da sua internação, em Brasília, após ter sofrido um ataque cardíaco.

PRÓXIMO LANÇAMENTO

www.editorasundermann.com.br

PEDRO GUIMARÃES

Dinheiro público bancou obra em mansão

A Caixa Econômica Federal pagou por uma reforma na mansão de Pedro Guimarães, ex-presidente do banco. O imóvel alugado, que fica às margens do lago Paranoá, em Brasília, recebeu iluminação nos jardins pagas pelo banco público. O custo foi de aproximadamente R\$ 50 mil. As obras da reforma, que ficaram a cargo de quatro funcionários da EMIBM Engenharia, se deram em julho de 2020. A empresa tem contrato de 16,3 milhões de reais para fazer manutenção em agências bancárias e prédios da Caixa. Em troca de mensagens obtida pela reportagem,



a diretora executiva de Logística e Segurança da Caixa, Simone Benevides de Pinho Lima, autorizou o deslocamento dos funcionários da EMIBM para realizar o trabalho na casa de Guimarães.

A diretora afirma que tudo aconteceu “dentro do trâmite legal” e por razões “de segurança”. Além da Caixa, o advogado de Guimarães, José Luis Oliveira Lima, confirmou a execução da obra.

MOBILIZAÇÃO

Pressão derruba vetos de Bolsonaro à Cultura

Os vetos das Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 foram derrubados no Congresso Nacional, após uma intensa pressão de artistas e trabalhadores da cultura. Com a derrubada do veto, a Lei Paulo Gustavo deve liberar R\$ 3,8 bilhões do Fundo Nacional de Cultural (FNC) para estímulo a projetos culturais, com distribuição dos recursos para diferentes fins, incluindo investimentos no setor audiovisual, apoio a reformas de salas de cinema e ao desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, organizações cultu-



rais comunitárias e outros que tenham sido afetados pela dinâmica da pandemia. Já a Lei Aldir Blanc 2 prevê repasses anuais de R\$ 3 bilhões por parte da União a estados, municípios e Distrito Federal durante cinco anos para

investimentos na área de cultura. O veto às duas propostas acentuou a já conhecida antipatia que marca a relação entre artistas e o presidente Bolsonaro, cuja gestão desidratou as políticas públicas na área cultural.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Bolsonaro só lembra dos pobres nas eleições

Enquanto fechávamos esta edição, o Congresso Nacional aprovava bilhões para o pacote eleitoral de Bolsonaro. Para fazer isso, decretou um “estado de emergência”. Qual emergência? A pobreza e a crise social agravadas pela inflação, justificam os bolsonaristas. Ora, há quanto tempo que vemos a miséria crescendo, o preço nos supermercados disparando, os salários acabando cada vez mais cedo? Bolsonaro só se lembrou que existe pobre há três meses das eleições.

Na verdade, a tal da “emergência” decretada pelo governo nada tem a ver com as 33 milhões de pessoas passando fome hoje no país, ou a queda de quase 8% na renda no último ano. A verdadeira emergência para essa gente é perder as eleições. Bolsonaro promoveu um verdadeiro genocídio durante a pandemia. “Não sou coveiro”, é a frase que o povo não esquece diante das centenas de milhares de mortes, a maior parte causadas justamente pelo atraso nas vacinas e a corrupção instaurada em pleno Ministério da Saúde.

A resposta que Bolsonaro deu às mães que perderam seus filhos, ou aos órfãos da pandemia, foi o mais puro deboche. Foi imitar gente se sufocando. Foi espalhar remédio que nada faz para dar uma falsa sensação de segurança para o povo continuar trabalhando. Acuado, foi obrigado a conceder o Auxílio Emergencial de R\$ 600, sendo que no início ele queria dar só R\$ 200. Mas assim que pode, cortou o auxílio pela metade até extingui-lo, deixando mais de 40 milhões sem qualquer fonte de renda.

À gestão criminoso da pandemia se juntaram su-

cessivos escândalos de corrupção. As já conhecidas rachadinhas, interferência na Polícia Federal para salvar os filhos e a si próprio, até os casos mais recentes. Bolsonaro transformou o Ministério da Educação num balcão de negócios gerenciado por pastores pica-retas que negociavam liberação de verbas em troca até de barras de ouro. Mais recentemente, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, caiu com a revelação de ser um abusador em série de mulheres. Como se não bastasse, ele pegou dinheiro do banco para pagar reformas em sua própria mansão.

O brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, que completava um mês enquanto fechávamos esta edição, expressa a barbárie motivada por este governo comprometido com o agronegócio, as madeiras e as mineradoras. Para ele, indígenas e qualquer um que se coloque ao lado dos povos originários, ou do meio ambiente, são inimigos a serem eliminados.

‘POBRE SÓ SERVE PRA VOTAR’

Enquanto o povo brasileiro se afunda na miséria, na fome e na carência, Bolsonaro passeia de jet ski e faz motociata em horário de expediente. Em dois anos, torrou R\$ 21 milhões com cartão corporativo. Chegando as eleições, se lembrou de que pobre existe. Mas ele continua pensando da mesma forma quando disse, em 2013, que “só tem uma utilidade pobre nesse país: votar”. “Título de eleitor na mão, e diploma de burro no bolso”, discursou.

O pacote de compra de votos de Bolsonaro tenta reverter parte de seu desgaste, mas não chega perto de resolver o problema da



Créditos: Deyves Barros.

fome ou aliviar a situação da maior parte da classe trabalhadora. O aumento do Auxílio Brasil não garante nem uma cesta básica. O “pix-caminhoneiro” é uma afronta à categoria, e o vale-gás chega a uma pequena parcela das famílias mais miseráveis. E tudo isso até o final do ano.

Enquanto isso, os preços nos postos de gasolina continuam aumentando. O litro do leite se aproxima dos R\$ 10, e um novo aumento da luz vem aí na esteira da privatização da Eletrobras.

LULA-ALCKMIN NÃO É ALTERNATIVA

A PEC do Desespero é um absurdo por ser compra descarada de votos, mas, principalmente, por não aliviar nem o sofrimento dos mais miseráveis. Mas a oposição, ao invés de denunciar isso, e exigir um auxílio de verdade, de pelo menos um salário-mínimo a todos os desempregados, estendendo o benefício a todos os 67 milhões que dependiam do Auxílio Emergencial e ficaram sem nada, fez o que? Votou com o governo!

Se Bolsonaro está comprando votos, a oposição,

com o PT à frente, está garantindo isso ao não exigir medidas que realmente ataquem a fome, a miséria ou o desemprego. Simplesmente porque, para fazer isso, teriam que se atacar os interesses e os lucros dos bilionários, dos banqueiros e das multinacionais. E o PT, ou a chapa Lula-Alckmin não farão isso, pelo contrário.

Enquanto se discutia a PEC no Congresso Nacional, Lula se reunia com grandes empresários, como Luiza Trajano do Magazine Luiza, e os donos do Itaú, representantes do Google, e o presidente da Fiesp. Provavelmente, detalhando seu real programa de governo ao invés do conjunto de generalidades que divulgou na Internet. A Temer, o PT já disse que não irá revogar a reforma trabalhista.

Resta então a pergunta: o que fazer diante dessa crise? Defender os pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e se mostrar “responsável” perante o mercado, como Lula-Alckmin? Botar um economista dos banqueiros, como Lara Resende, para comandar

a economia e deixar tudo como está? Ora, por que então não deixar Guedes lá?

PRECISAMOS DE UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

É urgente um projeto alternativo e independente da classe trabalhadora, que rompa com a LRF, essas leis e instituições da burguesia cujo único objetivo é beneficiar banqueiro e perpetuar nossa miséria e exploração. E isso só se dá na luta e na organização da nossa classe, em defesa de um outro sistema. O que não dá para acreditar é que, votando com Bolsonaro no Congresso, a gente vai mudar alguma coisa, não é?

A pré-candidatura de Vera à presidência, pelo PSTU e o Polo Revolucionário Socialista, tem o objetivo de fazer esse debate. Ganhar o maior número possível de trabalhadores e jovens a essa ideia e estratégia, porque só assim nós vamos conseguir mudar alguma coisa, enfrentar a barbárie do dia-a-dia e esse sistema de fome, desemprego, exploração e opressão.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ILZ3WA](https://bit.ly/3ilz3wa)

POLÊMICA

O fantástico mundo do programa do PT

**JULIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO**

Diante da desgraça do governo Bolsonaro, é natural que uma parte dos trabalhadores e jovens olhem com simpatia o programa do PT. Mas é justamente pela necessidade absoluta de derrotar Bolsonaro que precisamos destrinchar os programas em debate nas eleições. Afinal, se não queremos Bolsonaro e a ultradireita nunca mais, é preciso um programa que não alimente o sistema capitalista que o gestou.

COMO COMBATER A FOME, MISÉRIA E DESIGUALDADE SOCIAL?

As diretrizes do programa do PT começam com o

tema do “desenvolvimento social e garantia de direitos” onde defendem como política central um bolsa família ampliado. Falam em colocar “o povo no orçamento” para resolver a situação dramática da fome, miséria e desigualdade social. Mas segundo o próprio documento esta frase de efeito significaria manejar os recursos públicos como foram feitos durante os governos do PT. Assim, distorcem não só a frase, mas os números e o passado.

O Bolsa Família no seu ápice, durante o governo Dilma, representou pouco mais de 0,5% do PIB. Em 2015 foram gastos R\$ 27,7 bilhões de reais com o programa, enquanto só de isen-

ção fiscal para as grandes empresas, ao longo dos 5 anos de governo Dilma, foram R\$ 458 bilhões - 17 anos de Bolsa Família.

Bolsonaro evidentemente atacou o Bolsa Família e deve ser denunciado por isso. Mas é preciso que pensemos porque ele segue utilizando uma política parecida de liberar uma parte muito pequena do orçamento público para os setores mais pobres da população para criar um colchão de amortecimento social diante do agravamento da crise.

A “PEC do desespero” (ver páginas 8 e 9) é uma medida eleitora pilantra que não resolve a situação do povo. Mas que opera na mesma lógica das políticas



Lula e Alckmin tiveram almoço agendado com empresários na Fiesp neste dia 5.

petista. Inclusive o fato da quantidade de recursos ser insuficiente e limitada. Mesmo a direita liberal clássica, como a imprensa que choraminga sobre qualquer aumento do gasto público

que não seja com os empresários, concorda e defende este tipo de política. Para ser honesto esta é uma recomendação do FMI para grande parte dos países pobres do mundo.

REFORMAS

Qual a posição do PT diante dos ataques feitos por Temer e Bolsonaro?



As diretrizes do PT também defendem melhorar as áreas sociais como saúde e educação, mas para isso é preciso aumentar as verbas. Até dizem que vão revogar o teto de gatos feito por Temer, que sufoca os investimentos, mas complementam defendendo a construção de um novo regime fiscal que garanta “credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade”. Após isso o texto discorre sobre a importância de articular investimentos públicos e privados. Qual o problema disso?

A política de teto de gastos foi uma exigência justamente dos grandes grupos capitalistas para garantir a “credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade” do país para garantir seus investimentos e lucros. Ou seja, fazer um novo regime fiscal com este pressu-

posto é manter o país nos marcos das exigências dos interesses das grandes empresas que sufocam e dilapidam o orçamento público. Sem contar que nem falam de revogação da reforma da Previdência feita por Bolsonaro.

A mesma lógica utilizam sobre a reforma trabalhista de Temer. De uma versão pra outra, substituíram o termo “revogar a reforma” por “revogar os marcos regressivos”. Quer dizer que o PT acha que há algo de progressivo na reforma? Quais os pontos seriam mantidos ou não? A reforma trabalhista também foi uma exigência dos capitalistas para aumentar seu lucros arrochando salários e direitos dos trabalhadores. É aqui chegamos a um choque grande impossível de ser ignorado.

GOVERNAR PARA OS RICOS

A contradição entre as intenções e o capitalismo



O banqueiro Meireles foi presidente do Banco Central de Lula

No programa apontam que o caminho, para supostamente fazer todo esse avanço nas áreas sociais, seria a “retomada do crescimento” com a necessidade de “estabelecer um ambiente de estabilidade política, econômica e institucional que proporcione confiança e segurança aos investimentos que interessam ao desenvolvimento do país”.

Partem da lógica que o Brasil precisa de investimentos capitalistas para crescer economicamente e se desen-

volver. Para ter esses investimentos é preciso dar confiança e segurança aos capitalistas. Como farão isso sem acatar as exigências desses capitalistas? Impossível. Podem até negociar um mudancinha aqui ou acolá, mas o programa é explícito na manutenção dos interesses dos capitalistas, o que entra em choque com tudo que defenderam vagamente nos pontos anteriores.

A coisa fica ainda mais evidente quando falam sobre a necessidade de “elevar

a competitividade brasileira será uma prioridade do novo governo, que construirá medidas efetivas de desburocratização, de redução do custo do capital.”. Afinal, reduzir o custo de capital significa justamente aumentar a exploração dos trabalhadores e diminuir o pagamento de impostos das empresas. Assim também vira letra morta a proposta vaga de reforma tributária onde dizem que os ricos vão pagar mais e os pobres pagar menos.

GOVERNAR PRA QUEM?

O projeto do PT não é o que parece ser

O que o PT apresenta como objetivo é “um projeto de desenvolvimento justo, solidário, criativo, soberano e sustentável, diferente da agenda neoliberal em vigor” para construir “um Brasil que seja de todos os brasileiros e brasileiras”.

O que chamam de “desenvolvimento” é aprofundar o capitalismo no Brasil com o Estado sendo indutor e intervindo mais neste processo. Isto é o que chamam de “derrotar o neoliberalismo”. Mas os países capitalistas todos sempre alternam momentos onde necessitam mais ou menos de intervenção estatal. E o PT nunca questionou e segue sem questionar as políticas neoliberais baseadas no tripé superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação.

Seja com mais ou menos Estado, a burguesia segue mandando no jogo. Por isso sempre que o PT implementou seu programa o resultado não foi “desenvolvimento” nenhum, mas sim neoliberalismo. Tanto que durante seu governos se agravou a desindustrialização, reprimarização da economia e recolonização do país, que deu um salto com Bolsonaro.

Se programa neoliberal puro é a entrega e espoliação aberta, o suposto programa “desenvolvimentista” do PT não fica muito atrás. O desti-

no final da riqueza produzida através da exploração continuará indo para o grande capital nacional e estrangeiro.

Dilma fez um balanço de seu governo onde aponta um erro do seu governo que sintetiza o que estamos dizendo. Diz ela: “eu acreditava que, se diminuísse impostos, eu teria um aumento de investimentos”. E o que aconteceu segundo ela? “No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro”

O inverso também é verdade. Quer dizer, aumentar o imposto sobre os ricos é muito necessário, mas é completamente insuficiente sem atacar a propriedade das grandes empresas, sem socializar os meios de produção. Isto não atenua a desigualdade social por si só. Os ricos darão um jeito de repassar os “custos” desse imposto para os trabalhadores, pois seguem dominando tudo.

Ou seja, induzir o crescimento econômico pelo Estado, seja reduzindo imposto para os ricos ou aumentando imposto sobre os ricos, sem questionar a propriedade da burguesia, termina sempre por reforçar o capitalismo.

O Brasil não pode ter soberania enquanto se mantém um país subalterno aos países ricos. Na prática, tanto nossa economia quanto nossa políti-



Kátia Abreu, ex-ministra da agricultura de Dilma

ca, sofrem ingerência e tutela das grandes potências. A maior parte da nossa riqueza sequer fica aqui. É sugada pelos lucros das multinacionais, associação da burguesia nacional. Ou também através da remuneração dos capitalistas estrangeiros pela dívida pública.

É por isso que a burguesia nacional não tem projeto nacional independente, nem interesse em ter. Na verdade nem podem ter, pois ganham e se formam quanto burguesia justamente dessa associação com os imperialistas como sócia menor da burguesia estrangeira. O programa do PT, longe de garantir a soberania, é o alinhamento do Brasil com uma ala do imperialismo mundial ligado ao setor de Biden e da

direita clássica. Enquanto Bolsonaro se alinha mais ao setor imperialista ligado a Trump e a ultradireita mundial.

As diretrizes não definem exatamente o que se considera “justo e solidário”, afirmam apenas “o compromisso com a justiça social e inclusão com direitos, trabalho, emprego, renda e segurança alimentar”.

É possível que todos tenhamos acordo que é uma brutal injustiça social, os lucros dos bancos no ano passado terem sido de R\$ 81 bilhões, enquanto os trabalhadores passam fome. Ou a situação dos operários da CSN, que estão há três anos sem aumento, enquanto o dono da empresa comemora lucro recorde de R\$ 13 bilhões na pandemia.

Por que acontece essa concentração de riqueza para poucos e a pobreza para muitos? A resposta não será outra além da constatação de que é a própria forma de organização da sociedade que cria esta “injustiça social”, através da exploração, da espoliação, do roubo institucionalizado dos ricos contra os pobres.

Não pode existir justiça ou solidariedade na sociedade se não for exterminado o agente causador da injustiça que reside no fato de que os meios de se trabalhar estão dominados por meia dúzia de ricos proprietários. A riqueza é produzida pelos trabalhadores. Os grandes capitalistas não produzem nada, apenas são donos das grandes empresas e bancos que controlam toda a economia, inclusive as pequenas empresas familiares, como a padaria e o barzinho da esquina.

Se a sociedade é dividida entre essas classes sociais com interesses antagônicos, o que é justo para uma classe é injusta pra outra e vice-versa. Então é preciso ter um lado. Os ricos defendem seus interesses. Os trabalhadores tem que defender os seus. E o PT? Tenta conciliar ambos sob as palavras de governar para todos, quando na prática serve aos ricos e ao capitalistas como fez em 13 anos no governo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3YLNDSC](https://bit.ly/3YLNDSC)

BASTA!

Violência contra a mulher dá salto sob Bolsonaro e expõe barbárie capitalista

ÉRIKA ANDREASSY
PELA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

Uma menina de 10 anos, vítima de abuso sexual e grávida, separada da família por uma juíza e mantida em situação de encarceramento num abrigo para impedi-la de realizar um aborto, cujo direito é assegurado por lei. Uma jovem atriz, também vítima de estupro e grávida que, ao descobrir tardiamente a gestação, decide entregar voluntariamente o bebê para a adoção, mas apesar da lei garantir o sigilo, tem o caso vazado, sua identidade e os dados da criança expostos publicamente. Uma procuradora municipal brutalmente espancada no local de trabalho por um subordinado que não

gostou dela ter chamado sua atenção por comportamentos machistas. O agressor é contido por colegas e levado para a delegacia, mas acaba liberado. Só é preso dias depois quando o caso vai parar na imprensa. Trabalhadoras da Caixa Econômica Federal vítimas de assédio sexual pelo próprio presidente da instituição, o bolsonarista Pedro Guimarães. O alto escalão do banco não apenas sabia como acobertava os assédios. Bolsonaro também sabia e, mesmo assim, manteve Guimarães no cargo, que só pediu demissão depois da enorme repercussão.

Todos esses casos bizarros vieram à tona num espaço de

menos de 10 dias e expressam uma realidade cada vez mais dramática para as mulheres: o aumento da violência machista, que há tempos vem sendo motivo de denúncias, mas que no último período teve um salto diante da ofensiva da ultradireita e do governo misógino de Bolsonaro, tanto no terreno ideológico como no político - especialmente os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A dimensão dessa violência sistemática e cotidiana é comprovada pelos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados recentemente. Em praticamente todos os âmbitos da vida das mulheres a violência de gênero aumentou. As chamadas para o



190 por violência doméstica, por exemplo, cresceram 4% em 2021. Também cresceu o número de ameaças (3,3%),

agressões físicas (0,6), estupro (3,7%), assédio sexual (6,6%) e importunação sexual (17,8%).

FEMINICÍDIOS

Mortas pelo simples fato de serem mulheres

Apesar da pequena redução nos casos de feminicídios (-1,7%), as tentativas de feminicídio subiram 3,8%, bem como a concessão de medidas protetivas (13,6%). Em 2021, 1.341 mulheres foram vítimas

de feminicídios, ou seja, a cada 7 horas uma mulher foi morta pelo simples fato de ser mulher. Rayana Nadjara Oliveira, de 34 anos, foi uma delas, assassinada com seis tiros, pelo ex-companheiro que não acei-

tava o fim do relacionamento, em Pedro Velho (RN). A filha do casal, de cinco anos, presenciou a morte da mãe.

Rayana é o retrato das vítimas de feminicídio no Brasil. Como ela, dois terços são mu-

lheres negras, tem entre 18 e 44 anos e são mães, sendo que, na maioria das vezes, ela deixa dois ou mais filhos. Estima-se que ao menos 2.300 crianças e adolescentes tenham ficado órfãs em 2021 pelos feminicídios,

cerca de 20% testemunharam o crime cometido por agressores com quem, muitas vezes possuíam laços. Oito de cada 10 casos o assassino é o companheiro ou ex-companheiro da vítima.

DESMASCARANDO O BOLSONARISMO

Violência sexual e criminalização do aborto



O caso da menina impedida de abortar em Santa Catarina, bem como o da atriz acusada por bolsonaristas de "abandono de incapaz", levantam algumas

questões. Em primeiro lugar desmascararam a hipocrisia do discurso moralista dos setores conservadores, autodenominados "pró-vida".

Se no caso da menina ficou evidente o total desprezo pela vida de uma vítima de abuso sexual, cuja gravidez de risco poderia ser fatal devido sua idade precoce, no caso da atriz ficou explícito que o discurso dessa gente não é orientado pelo bem estar do feto, mas sim pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres. Discurso que acompanhado do papel de que a mulher devem ser mães abnegadas, prontas para assumir a maternidade a qualquer custo. A defesa de que

a melhor escolha é seguir com a gestação e colocar o bebê para adoção caiu por terra quando a jovem atriz e correu à entrega voluntária e foi acusada de abandono do filho.

A segunda questão é sobre as condições em que essa menina e essa jovem engravidaram, ambas vítimas de violência sexual. Não é de hoje que o Brasil vive uma explosão de estupros. Na última década, foram mais de meio milhão de casos notificados. Somente no ano pas-

sado mais 66 mil, dos quais 88,2% eram mulheres.

Os dados revelam um traço cruel e chocante do machismo naturalizado: em mais de 70% dos casos a vítima é uma criança ou vulnerável, em mais da metade (54%), uma menina de até 13 anos. O estupro geralmente ocorre dentro de casa, sendo que em 86% dos casos o estuprador é um conhecido ou familiar, como pai, avô, tio ou padrasto. Números tristes que sustentam a "cultura do estupro", agravada pela criminalização do aborto no país.

DIVIDINDO A CLASSE

Barbárie capitalista e machismo a serviço da superexploração

O aumento da violência machista não é um fato isolado, mas expressão do avanço da barbárie capitalista e da piora das condições de vida, cujas principais vítimas são seus setores oprimidos. As mulheres trabalhadoras, em especial as negras e pobres que sofrem com a violência machista são as mesmas que sofremos efeitos da crise econômica e social. Por isso, 66% das pessoas que passam fome são mulheres. São as mesmas que, criminalizadas pelo aborto, são impedidas de exercer a maternidade com dignidade pela falta de emprego, ou creches onde deixar os filhos para poder trabalhar.

Isso evidencia o quanto a opressão é funcional ao capitalismo, pois além de dividir a classe trabalhadora, submetendo, humilhando e vitimando mulheres, negros,

LGBTIs e indígenas, funciona também como mecanismo de regulação do mercado de trabalho e fator de superexploração, pagando salários menores e economizando gastos sociais por meio do trabalho doméstico não remunerado da mulher.

Por isso, ao mesmo tempo que lutamos contra o bolsonarismo e a ultradireita reacionária, também não podemos confiar na burguesia, inclusive nos ditos setores progressistas que dizem defender a igualdade e diversidade, mas usam a opressão para contratar mulheres pagando menos, rebaixando a média salarial de toda a classe e aumentando seus próprios lucros.

Setores como Luiza Trajano, Kátia Abreu ou Simone Tebet, que apoiaram a reforma da previdência e trabalhistas que impôs mais pobreza e miséria às mulheres trabalhadoras, dificultando in-



clusive romper com o ciclo da violência machista. Pelo menos 25% das mulheres apontaram a perda de emprego e de renda como os fatores que mais pesaram para a ocorrência da violência vivenciada durante a pandemia.

Ou os aliados do PT e PSOL na frente ampla, como

Geraldo Alckmin, que quando foi governador de São Paulo, não hesitou em mandar desocupar o Pinheirinho, deixando dezenas de famílias chefiadas por mulheres sem moradia. É sintomático que a declaração de Lula sobre aborto como questão de saúde pública te-

nha sido repreendida pela cúpula da campanha para não se indispor com a ala conservadora que apoia sua candidatura. Ou que, diante do escândalo de assédio sexual na Caixa, tenha se limitado a dizer que não é procurador nem policial para comentar as acusações.

SEM CONCILIAÇÃO

Independência de classe na luta contra a opressão



Mesmo diante de todos esses casos bizarros de machismo e apesar da necessidade urgente de derrotar Bolsonaro e sua política de ódio, violência e ataque aos direitos das mulheres, a direção do movimento, hegemônica pela Marcha Mundial de Mulheres e pelo PT, com o apoio do PSOL, se recusa a fazer qualquer luta e quando chama, obrigada pelas circunstâncias, é para evitar que o movimento saia dos trilhos. Em nome de sua estratégia puramente eleitoral, chama a votar em Lula e confiar que, na Presidência, ele vai legalizar o aborto e implementar medidas de combate à

violência, apesar de que no governo o PT se apoiou nesses mesmos setores conservadores que hoje sustentam Bolsonaro, governando para a burguesia e negociando direitos das mulheres, como a pauta do aborto ou a lei do salário igual para trabalho igual.

A Lei Maria da Penha, sancionada por Lula, foi fruto da pressão do movimento combinada com a condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos por violação dos direitos humanos, mas a conquista nunca saiu efetivamente do papel, pois sempre faltou verbas para sua implementação.

Já a estratégia do PSOL de limitar a luta das mulhe-

res a eleger parlamentares “feministas” não tem nada de progressivo, pois, ao contrário de candidaturas a serviço de fortalecer as lutas, são as lutas que estão a serviço de sua estratégia eleitoral, que, além de tudo, agora está atrelada à Rede, cujo programa é contrário até mesmo à legalização do aborto.

Por isso, é necessária uma alternativa de classe para as mulheres trabalhadoras. Por um lado, porque a libertação da mulher trabalhadora só é possível com o fim do capitalismo e, portanto, a luta contra a opressão deve ter sempre uma perspectiva socialista. Mas também porque atualmente até mesmo

as conquistas mais pontuais dependem do grau de ameaça que a mobilização é capaz de impor à burguesia e ao sistema.

A pré-candidatura da Vera é parte da busca por apresentar essa alternativa e organizar as mulheres trabalhadoras de forma independente e colocar a classe de conjunto na vanguarda das lutas contra a opressão e a exploração, contra o machismo, a violência e os assédios, pela legalização do aborto garantido pelo SUS, emprego e direitos, salário igual para trabalho igual e socialização do trabalho doméstico.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3BUNMAU](https://bit.ly/3BUNMAU)

PEC DO DESESPERO

Além de eleitoreira, PEC não é preciso muito mais

Garantir auxílio de um salário mínimo a todos os desempregados enquanto durar a crise; duplicar o salário mínimo e enfrentar a carestia tirando dos bilionários e das multinacionais

Enquanto fechávamos esta edição, o governo e o Congresso Nacional aprovavam, a toque de caixa, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que decretava “estado de emergência” e liberava bilhões a 100 dias das eleições. A “emergência” para o governo e o Centrão, porém, não é a situação de calamidade social em que 33 milhões de brasileiros passam fome, mas a possibilidade cada vez mais concreta de perder a eleição.

Após extinguir o Auxílio Emergencial em pleno auge da pandemia, deixando mais de 40 milhões sem qualquer fonte de renda, e sob o discurso de

não haver dinheiro, o governo, como num passe de mágica, encontra R\$ 41,25 bilhões para a PEC do Desespero.

Além de eleitoreira, a PEC não chega perto de resolver a grave crise social em que o próprio governo meteu a classe trabalhadora e a população mais pobre. Só para se ter uma ideia, de 2020 a 2022, mais de 14 milhões de pessoas foram jogadas na fome, segundo os relatórios da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). A renda média despencou quase 8% só no último ano, sendo que entre os trabalhadores mais pobres, isso foi

ainda mais grave, já que a cesta básica chegou a ter aumento de 30%.

O aumento de R\$ 400,00 para R\$ 600,00 no Auxílio Brasil não consegue nem comprar uma cesta básica na maioria das capitais. Esses R\$ 200,00 a mais tendem a ser comidos pela inflação nos próximos meses. O “pix-caminhoneiro” vai pelo mesmo caminho, e o “vale-gás” atinge pequena parcela das famílias mais pobres, e tampouco segura o aumento nos preços.

O pacote pode amenizar o desgaste de Bolsonaro entre os mais pobres. Mas não resolve o problema da fome e da miséria,



e nada faz para a classe trabalhadora e grande parte da classe média cada vez mais empobrecida, que continuarão sofrendo

com a carestia e a inflação nas alturas. As contas de luz em São Paulo, por exemplo, acabaram de aumentar mais de 12%.

PACOTE NÃO REVERTE CRISE

AUXÍLIO BRASIL

Menos dinheiro para os mais pobres

A principal medida da PEC prevê R\$ 200,00 a mais para o Auxílio Brasil. Perto do que era o Auxílio Emergencial, representa um retrocesso. O Auxílio Emergencial de abril de 2020 era de R\$ 600,00 e chegava a quase 67,5 milhões de famílias. Na época, esses R\$ 600,00 (o que hoje seriam R\$ 719,00 corrigidos pela inflação) compravam pelo menos uma cesta básica em todas as 17 regiões pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No momento em que a cesta básica está muito acima disso, na melhor das hipóteses, vai chegar a pouco mais de 19 milhões de famílias.

Resumindo: Esse aumento vai chegar a menos de um terço das pessoas que recebiam o Auxílio Emergencial, num valor menor, e a inflação vai continuar comendo a renda dos miseráveis e da classe trabalhadora em geral.

AUMENTO DO AUXÍLIO NÃO COMPRA NEM CESTA BÁSICA



Auxílio Emergencial
67,5 milhões de pessoas
R\$ 719,00
(valores atualizados)



PEC do Desespero
19 milhões de pessoas
R\$ 600,00



Cesta Básica (em SP)
R\$ 777,00

PIX-CAMINHONEIRO

“Desaforo”: Combustíveis vão continuar aumentando

Outra medida anunciada com estardalhaço é o auxílio de R\$ 1 mil para os caminhoneiros autônomos. Isso não cobre parte do aumento que o diesel sofreu no último período, de mais de 50% no acumulado dos últimos 12 meses. Na verdade, com esse valor, daria para um caminhão médio percorrer só 300 quilômetros, uma distância ridícula para quem vive cruzando regiões inteiras e até o país. Para encher o tanque uma vez, um caminhoneiro tem que tirar do bolso, hoje, mais de R\$ 5 mil.

Não é por menos que um dos dirigentes da categoria, Carlos Alberto Litti Dahmer, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) tenha classificado a medida como “desaforo”. Segundo ele, Bolsonaro deveria ter coragem “para pegar sua caneta BIC e assinar o fim do PPI”, o Preço de Paridade de Importação, que estabelece que a gente pague aqui o preço do combustível cotado em dólar no mercado internacional. Enquanto durar o PPI os caminhoneiros continuarão pagando mais caro pelo diesel; os trabalhadores e a classe média, pela gasolina; e o povo, em tudo o mais, já que o aumento do combustível irradia a inflação para todos os setores.

resolve a fome e a carestia.

AUXÍLIO-GÁS

Famílias vão continuar pagando mais pelo gás

Outra medida anunciada pela PEC é o reajuste do auxílio-gás, que vai dos atuais R\$ 53,00 pagos a cada dois meses para R\$ 120,00. Mas ele só é pago para as famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar menor que meio salário mínimo por pessoa. Na prática, são 5,4 milhões de famílias, apenas 1/4 das que recebem o Auxílio Brasil.

E aqui também nada impede que o valor do gás suba ainda mais e coma parte desse dinheiro. É um alívio momentâneo a uma pequena parte dos mais pobres, enquanto os milhões de famílias da classe trabalhadora, incluindo a maior parte das que dependem do Auxílio Brasil, vão continuar pagando o preço do botijão inteiro, determinado pelo mercado internacional.

DÁ COM UMA MÃO...

Trabalhadores vão pagar a conta para manter lucros dos bilionários

A PEC do Desespero não resolve a miséria e a fome e, mais do que isso, joga a conta para o conjunto da classe trabalhadora. É bom lembrar que a origem dessa PEC está em várias tentativas do governo de debelar parte da inflação causada pelos aumentos sucessivos dos combustíveis

e do gás de cozinha, pensando nas eleições. Cogitaram-se subsídios, fundo de compensação, mais cortes em impostos, até se chegar à ideia da PEC. Tudo, menos o fim do Preço de Paridade de Importação (PPI) e dos lucros bilionários dos megainvestidores da Petrobras.

Então, de onde vai vir esse dinheiro? Tudo do bolso da classe trabalhadora e dos setores remediados da classe média. Além do aumento da arrecadação que o governo teve no último período por conta da inflação, o que é “gasto” novo vira dívida pública, remunerada por juros

cada vez mais altos a meia dúzia de grandes rentistas lá fora. E para garantir esse pagamento em dia, vão vir por aí mais cortes na saúde, educação, mais arrocho e ataques a direitos.

É por isso que, apesar de uma ou outra crítica por conta da Lei de Responsabilidade

Fiscal ou o teto de gastos, os banqueiros não estão arrancando os cabelos. Eles sabem que, de uma forma ou de outra, eles continuam ganhando. E, ao mesmo tempo que o governo dá com uma mão aos setores mais pobres, tira duas ou três vezes mais de toda a classe.

PEC INSUFICIENTE E ELEITOREIRA

É preciso acabar com a fome e o desemprego tirando dos bilionários e das multinacionais

Na votação da PEC no Senado, toda a oposição votou com o governo. O argumento foi de que, apesar de eleitoreiro, não poderiam votar contra garantir dinheiro aos mais pobres. Fica a pergunta: se é eleitoreiro, por que não propor mais recursos e para além das eleições? Por que não propor um salário mínimo, pelo menos, a todos os desempregados, enquanto durar a crise? Uma PEC que realmente resolva o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha, revogando o PPI e reestatizando completamente a Petrobras, a serviço da população?

A resposta é simples. Eles não fazem isso porque PT, e a chapa Lula-Alckmin, e demais setores da oposição, são a favor de manter a Lei de Responsabilidade Fiscal, o controle dos gastos e, em essência, a atual política econômica tocada por

Guedes e apoiada pelo Centrao. A mesma política econômica responsável por manter essa catástrofe social em favor dos lucros dos grandes acionistas da Petrobras, dos bilionários e das grandes multinacionais. Por isso, chegam a denunciar a medida como “ilegal” e “irresponsável”, porque a “legalidade” que eles defendem é esta que sustenta esse regime dos ricos.

PROTEGER A LEGALIDADE DOS BANQUEIROS OU A VIDA DOS TRABALHADORES?

Era preciso denunciar a PEC como eleitoreira por acabar logo após as eleições e insuficiente para ao menos amenizar o sofrimento dos mais pobres. E exigir mais. Aumentar o auxílio para um salário mínimo para todos os desempregados, enquanto durar a crise, juntamente com isenção de todas as taxas, como luz,

água e transporte público. Seria o mínimo para garantir, de forma emergencial, a sobrevivência dos milhões que passam fome.

A fome e a pobreza, porém, só podem ser resolvidas garantindo empregos e renda a todos. E a única forma de fazer isso é reduzindo a jornada de trabalho, repartindo o trabalho a todos que precisem de empregos, sem reduzir os salários. Ao mesmo tempo, impor um programa de obras públicas que garanta trabalho e enfrente problemas estruturais como o saneamento básico.

Para enfrentar a inflação, é preciso acabar com o PPI e reestatizar 100% da Petrobras, sob o controle dos trabalhadores. Sem tirar os lucros e dividendos bilionários que meia dúzia ganha em Nova York com a inflação e a carestia do povo aqui, a gasolina, o diesel e o gás de cozinha continuarão subindo. É preciso

ainda impor um gatilho automático: aumentaram os preços, aumentam-se os salários. Duplicar o salário mínimo rumo ao mínimo do Dieese. Expropriar, sob controle dos trabalhadores, as grandes redes varejistas.

E para fazer isso, é preciso atacar os lucros e propriedades das grandes multinacionais e dos bilionários. Como aponta a proposta de programa do PSTU ao Polo Socialista e Revolucionário, os grandes fundos financeiros estrangeiros mantêm, no Brasil, um patrimônio de R\$ 6 trilhões. Toda a fortuna acumulada pelos grandes fundos, bancos e multinacionais é produto do trabalho da classe trabalhadora, então, nada mais justo que retomar parte desses recursos para resolver os problemas e a situação que eles mesmos criaram.

A oposição, como a chapa Lula-Alckmin, não quer isso; ao contrário, tem um projeto de ge-



renciar a crise capitalista. É necessário um projeto socialista e revolucionário, que coloque como objetivo não proteger a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais mecanismos da Constituição que beneficiam os banqueiros, como fazem o PT e a oposição, mas de implodi-los e fortalecer a perspectiva de um governo socialista dos trabalhadores, que acabe não só com a fome e a miséria, mas com o desemprego, e garanta vida digna a todos.

GUARANI E KAIOWÁ

Depois de ataques de jagunços, indígenas fazem retomadas de seus territórios

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Quando se está na região meridional de Mato Grosso do Sul, porção do território originário dos Guarani e Kaiowá, é preciso ter cuidado com o que fala e com quem fala. O racismo é brutal. Simpatizantes da causa indígena não são bem-vindos e podem sofrer retaliações. Também é preciso tomar cuidado quando se percorrem as estradas cruzando imensas plantações de soja que hoje cobrem o território ancestral indígena em direção às aldeias e retomadas. Uma emboscada pode lhe esperar logo ali à frente.

A violência contra os indígenas é parte de uma rotina infame. Uma tocaia pode estar à espreita a qualquer momento, especialmente quando os indígenas estão sozinhos e vão buscar água ou lenha na mata. Foi assim que o jovem indígena Alex Lopes, de 18 anos, foi assassinado por um pistoleiro, no

dia 21 de maio último. Seu corpo foi cravejado por cinco tiros quando coletava lenha numa área próxima à reserva Taquaperi. Em resposta, os Guarani e Kaiowá organizaram um onda de retomadas de seus territórios. A primeira foi justamente uma fazenda no município de Coronel Sapucaia (MS), na fronteira com o Paraguai, a partir da TI Taquaperi, onde Alex vivia. A retomada, denominada Tekoha Jopara, em poucas horas foi cercada por viaturas do Departamento de Operações de Fronteiras (DOF) que isolaram os indígenas que agora temem uma violenta reintegração de posse.

RETOMADAS ENFRENTAM ATAQUES

Em Amambai (MS) também houve uma retomada em resposta ao assassinato de Alex. Lá os indígenas que estão no território de Guapo'y enfrentam ataques quase diários de jagunços e da Polícia Militar (PM) que agem como pistoleiros dos fazendeiros. Na manhã



Enterro de Vitor Guarani Kaiowa, em Guapoy, Amambai (MS).

Créditos: Povos Guarani Kaiowa

do dia 24 de junho, mesmo não havendo ordem judicial, a PM e pistoleiros tentaram expulsar os indígenas e assassinaram Vitor Fernandes Guarani Kaiowá, de 42 anos, em plena luz do dia. Dezenas de outros ficaram feridos devido aos disparos de arma de fogo e de balas de borracha.

Ao mesmo tempo que ocorria o "Massacre de Guapo'y",

o território Kurupi, em Naviraí, em Mato Grosso do Sul, era cercado por fazendeiros, policiais militares e seus aliados que construíram uma base de operações de onde fazem disparos de arma de fogo contra os indígenas.

Guarani e Kaiowás necessitam da mais vigorosa solidariedade dos ativistas e das organizações do movimento sindical,

popular e estudantil. É necessário denunciar os covardes ataques onde tivermos oportunidade e exigir a sua apuração e punição imediata. É necessário apoiar a luta e a autodefesa dos povos originários diante dos latifundiários e do Estado a serviço do agronegócio.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3YLLPUV](https://bit.ly/3YLLPUV)

TERRA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO!

Retrato de um genocídio



Classificar a situação dos Guarani e Kaiowá como genocídio está longe de ser um exagero. Quando se chega a uma aldeia, não demora muito para se ouvirem relatos arrepiantes de ataques das milícias dos grandes proprietários. Não importa se é dia ou noite, as al-

deias são constantemente invadidas por pistoleiros que atiram a esmo contra crianças, idosos e mulheres. Muitos mostram as marcas dos ferimentos provocados pelas balas. Aviões dos fazendeiros ainda lançam veneno sobre as casas e roçados das aldeias, acampamentos e

retomadas. Mulheres e adolescentes são constantemente estupradas por pistoleiros. E os suicídios – uma das maiores taxas do mundo – expressam a calamidade vivida por esse povo. Tirar a própria vida tornou-se uma via de fuga desesperada entre os Kaiowás.

Dos 891 homicídios contra indígenas brasileiros registrados entre 2003 e 2015, 426 assassinatos foram em Mato Grosso do Sul, o que representa 47% do total, com uma média de 32 índios mortos por ano, segundo dados do Conselho Missionário Indigenista (Cimi). Infelizmente não se tem uma atualização desses dados.

O genocídio é promovido pelo avanço do agronegócio. A prática da grilagem, de forjar títulos de propriedades de terras e obter créditos públicos, é recorrente. Em muitas cidades de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a área total de terras declarada nos dados do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-

cra) chega a ser maior do que a própria área do município. Um exemplo é o município de Dourados, cuja área é de pouco mais de 408 mil hectares, mas há 476 mil hectares de terras cadastradas. Enquanto isso, os indígenas vivem confinados em verdadeiros bolsões de miséria. Na reserva de Dourados, por exemplo, 13 mil Guarani e Kaiowá vivem em apenas 3,5 mil hectares. Já a reserva de Amambai tem quase 10 mil indígenas confinados em apenas 2 mil hectares.

As retomadas das Tekohas (o território ancestral Guarani e Kaiowá) são a única maneira de os indígenas lutarem pela sua existência. Terra, justiça e demarcação!

ESTADOS UNIDOS

Retrocesso no direito ao aborto legal é ataque às mulheres trabalhadoras de todo o mundo

MARCELA AZEVEDO, DO MOVIMENTO MULHERES EM LUTA E DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

O direito ao aborto tem sido pauta de várias mobilizações pelo mundo, como parte da disputa na polarização da luta de classes. A decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, derubando o direito constitucional ao aborto, representou um golpe conservador sobre as mulheres e pessoas com capacidade reprodutiva, aprofundando as dificuldades, sobretudo que as negras, imigrantes e trabalhadoras já enfrentavam para acessar esse direito.

Desde 1973, quando o aborto foi conquistado, as manifestações conservadoras foram intensas e agressivas, inclusive xingando e ameaçando quem buscava atendimento e impedindo o acesso através do não funcionamento dos serviços.

O fechamento das clínicas que realizam o aborto legal já era um processo em curso. No Mississippi, por exemplo, 99% dos condados já não contam com uma única clínica, obrigando as mulheres a se deslocarem para outras regiões e impe-

dindo as que não têm dinheiro ou condições de se ausentar do trabalho para isso. Esses serviços são essenciais não apenas pela realização do procedimento, mas também por oferecerem serviço de orientação e planejamento familiar e acesso aos métodos contraceptivos.

Com a decisão da Suprema Corte, 21 estados já proibiram ou restringiram severamente o acesso ao aborto. Em outros nove, o aborto ainda é legal, mas o futuro é incerto. Do outro lado, há 20 estados onde o aborto deverá continuar legalizado, sendo 14 com legislação e seis que ainda devem aprovar.



OFENSIVA CONSERVADORA

Trump organizou o ataque ao aborto legal no mundo

Com Trump à frente do governo, os EUA, juntamente com outros 31 países, entre eles o Brasil, organizaram uma plataforma internacional contra o aborto no mundo. Em 2019, esse grupo lançou a Declaração do Consenso de Genebra, negando o aborto como um direito universal. Após a derrota eleitoral de Trump, os EUA se retiraram do grupo, porém a ultradireita seguiu atuando, agora sob a li-

derança do governo brasileiro.

É uma tentativa desesperada da burguesia, com seus setores mais reacionários à frente, de manter o controle da reprodução da mão de obra para a exploração e da classe de conjunto, através do controle dos corpos das mulheres trabalhadoras. Abortos são praticados independentemente da lei vigente; a diferença é que as mulheres ricas praticam com se-

gurança e discrição, enquanto as pobres são expostas a todo tipo de julgamento e violência. Não à toa, a maioria dos países onde o aborto é criminalizado é periférica e colonial.

Setores da burguesia liberal, surfando na onda da responsabilidade social e de olho no mercado progressista, apontam saídas individuais que enfraquecem a luta direta. Amazon, Disney, Netflix, Paramount, en-

tre outras, já anunciaram que vão custear o deslocamento de funcionárias que queiram realizar o aborto em estados que o disponibilizem.

O apoio ao direito à autodeterminação das pessoas com capacidade reprodutiva é importante. Contudo, essa decisão só será revertida com a luta e a unidade da classe, inclusive enfrentando esses setores, pois eles atuam contra

a organização e a resistência das e dos trabalhadores, que deve ser nas ruas, utilizando as pautas dos setores oprimidos tanto a serviço da superexploração quanto da desmobilização e da cooptação das lideranças, pelo discurso da "inclusão", que não passa de falácia e não resiste à simples reivindicação de salário igual para trabalho igual para as mulheres trabalhadoras.

SISTEMA

Sob o capitalismo nenhuma conquista está segura



Muitos se perguntam como o país tido como o mais democrático do mundo permitiu tamanho retrocesso depois de

49 anos, na contramão de outros que avançam em suas legislações sobre o tema. Primeiro, não é verdade que a democracia é plena nos EUA, assim como em nenhum país sob o capitalismo, já que esse sistema impõe uma ditadura dos ricos.

Segundo, para o capitalismo, a opressão das mulheres é funcional. Isso porque cumpre um duplo papel de ampliar os lucros, com a superexploração das mulheres e a manutenção da dominação burguesa, com a

divisão da classe, quando os homens trabalhadores reproduzem o machismo ou se negam a levantar as bandeiras das mulheres contra a desigualdade e por direitos.

Por isso, a luta contra o aborto não pode ser encarada como uma questão só das mulheres, mas de todos os trabalhadores. Assim como o machismo divide a classe, os setores feministas que defendem que o inimigo a combater são os homens atuam para ampliar essa divisão.

Todos os direitos arrancados sob esse sistema só ocorreram pela nossa organização e luta. Entretanto, assim como nós, a burguesia também se organiza e busca ganhar apoio popular, até que no momento oportuno possa retirar nossas conquistas. Diante dessa nova ofensiva reacionária, é preciso reorganizar nossas forças, combinando a luta das mulheres contra o machismo com a luta de todos os trabalhadores pela destruição do capitalismo.

Basta de nosso sofrimento e nossa exploração alimentaremos sanguessugas burguesas.

- Abaixo a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos contra o aborto!
- Solidariedade às mulheres e aos trabalhadores em luta pelo direito ao aborto em todos os países onde esse direito ainda precisa ser conquistado!
- Pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil já!

EQUADOR

Ativistas equatorianos falam de sua experiência com o levante popular que varreu o país

Por 18 dias um levante popular varreu o Equador. As ruas e as estradas do país foram bloqueadas, e nas cidades a população foi às ruas contra o governo de Guillermo Lasso. As manifestações são resultado da imensa crise social que assola o país, duramente golpeado pela pandemia e agora enfrentando uma inflação galopante e um enorme desemprego. Para explicar como foi o processo, o Opinião conversou com Romel Sacta, advogado trabalhista que atua na cidade de Cuenca, e Xavier Solis, advogado dos direitos humanos que atua na Amazônia equatoriana. Ambos são militantes da Articulação Revolucionária dos Trabalhadores (ART), grupo simpatizante da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), e relatam suas diferentes experiências com os intensos protestos que ocorreram no país.

CESAR NETO DE SANTOS (SP)

Explique como foi o processo em Cuenca. Também nos fale sobre a Assembleia Popular criada na cidade.

Romel Sacta – A paralisação começou em 13 de junho de 2022 e foi convocada e liderada pelas organizações indígenas Conaie, Feine e Fenocin. Em Cuenca, algumas organizações e pessoas que participaram do protesto decidiram convocar a Assembleia Coordenadora de Organizações de Azuay,

como um espaço amplo e democrático. Essa Assembleia foi formada por estudantes universitários, sindicatos e comitês de empresas, grupos e ativistas identificados com o anarquismo, com o feminismo e com o marxismo.

Esse espaço assemelha-se a uma Assembleia de Coordenação que se formou em outubro de 2019, fruto da explosão social naquela época. Participamos como Escuela Popular Agustín Cueva Dávila, nome que lembra um sociólogo marxista equatoriano, formada por estudantes, profissionais, camponeses e traba-

lhadores autônomos ou precários, que se reconhecem como uma classe trabalhadora e explorada e não têm vínculos com o setor sindical e com o movimento antiextrativista.

A Assembleia Coordenadora funcionava com reuniões dos delegados das organizações, a cada dois ou três dias, cujo objetivo era sustentar a paralisação em Azuay. E criamos um grupo no Telegram. O desafio foi entrar em contato com os diferentes setores sociais que, alguns espontaneamente, fecharam as estradas e organizaram protestos.

As centrais sindicais os apoiaram ou ficaram à margem da Assembleia?

Romel – As grandes centrais sindicais apoiaram apenas com palavras. Elas preferiram dar impulso a uma marcha convocada para 22 de junho, nove dias após o início da paralisação. Cabe esclarecer que a paralisação, inicialmente, foi convocada pelos indígenas, mas após a prisão do presidente da Conaie [Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador], Leónidas Iza, desencadearam-se vários protestos, tornando-a uma paralisação popular indígena. No entanto, quem apoiou a paralisação desde o primeiro dia foram os sindicatos de base que, autonomamente, apesar do que dizia a cúpula das centrais, aderiram aos protestos.

Conseguiram bloquear os acessos da cidade?

Romel – As estradas para a cidade foram fechadas desde o primeiro dia nas áreas onde o movimento indígena era forte. Posteriormente, vários setores sociais se juntaram com mais bloqueios, e a cidade ficou isolada. O que nós, como Assembleia Coordenadora, fizemos, depois que a cidade já estava incomunicável, foi reunir os setores que aderiram à paralisação e ajudar os ativistas. O

governo Lasso tentou abrir as estradas à força, mas não teve sucesso. A Coordenação não organizou a paralisação, mas foi um espaço que buscou organizar os diferentes setores que já estavam em paralisação.

O serviço de coleta de lixo foi suspenso devido às manifestações. Mas os ativistas que paralisaram as estradas estabeleceram, por decisão própria, corredores comunitários para produtos como gasolina, gás, oxigênio para hospitais e alimentos. A princípio, nada foi permitido passar, exceto os serviços de emergência. Mas, dada a escassez, foram criados corredores comunitários para aliviar a situação de escassez, permitindo que a paralisação continuasse por mais dias.

O prefeito da cidade de Cuenca foi a um dos pontos de interdição para solicitar a liberação do trânsito, mas sem sucesso.

Xavier, você mora em uma área da Amazônia equatoriana, como a mineração e a indústria do petróleo afetam a região?

Xavier – Moro há 11 anos na Amazônia equatoriana, em Orellana, principal província petrolífera do Equador, próximo a um dos lugares mais biodiversos da Amazônia, chamado Yasuní, que é um parque nacional habita-



Romel Sacta



Xavier Solis

do pelos últimos povos isolados do Equador, chamados Tagaeri-Taromenane.

Além disso, na mesma selva, existem povos em contato inicial ou recente.

No caso dos Waorani, que já fizeram contato há quase 50 anos, eles tiveram uma adaptação que ainda não está completa, é uma mistura de vida dependente da

floresta e da sociedade em geral. Eles não têm um sentido estrito de propriedade, nem de dinheiro, mas cada vez que a sociedade em geral os absorve, ele aprendem à força a dureza da sociedade capitalista.

Outros povos, como os Shuar e Kichwa, adaptaram-se mais ou menos à sociedade em geral, sem deixar de ter seus cultivos autossustentáveis que plantam na selva. Todos eles têm uma relação conflituosa com as petroleiras que se instala em seus territórios contaminando seus rios, floresta, alimentos e causando doenças como o câncer. Em 50 anos de produção de petróleo, eles continuam entre os povos mais pobres do Equador, não têm

serviços básicos como água potável ou eletricidade.

Geralmente, os povos indígenas gostam de viver em harmonia com a natureza e com as outras pessoas. Mas os níveis de discriminação e exploração a que são submetidos têm levado a uma maior organização e utilização de métodos de luta como paralisações, bloqueios de estradas, apreensão de poços de petróleo. Eles vêm aprendendo isso na prática, na necessidade de serem ouvidos.

Os indígenas que enfrentaram a repressão da polícia ou do exército? O petróleo deixou de ser produzido devido a interrupções na circulação nas estradas?

Xavier – Durante os 18 dias da paralisação nacional, cerca de mil poços de petróleo interromperam a produção, em alguns casos porque as comunidades assumiram o controle dos poços de petróleo e pressionaram para fechar. Em outros casos, em razão dos bloqueios nas estradas, a logística que abastece os poços de petróleo foi interrompida, alguns poços foram paralisados por falta de produtos químicos, de pessoal e de combustível. Os efeitos da paralisação das estradas começaram a ser sentidos após dez dias, quando as reservas começaram a escassear e a logís-

tica para manter a produção de petróleo faltou.

Houve vários confrontos entre as comunidades e a polícia e o exército. Em quase todos os casos, as comunidades não cederam à repressão, que não conseguiu desobstruir as estradas. As comunidades conhecem seus territórios e estão organizadas. Por isso conseguiram paralisar a logística do exército. Além disso, as comunidades desenvolveram diversas formas de resistência, que vão desde o confronto direto com pedras, paus, coquetéis molotov, escudos artesanais, e em outros momentos recuam para se reagrupar e voltam horas depois para tomar os locais onde o exército e a polícia estavam localizados.

Qual a percepção das comunidades com as negociações?

Xavier – As comunidades indicaram que sua lista de dez petições foi cumprida, mas também notei que as comunidades indígenas queriam mostrar ao Estado que não estão dispostas a continuar sendo discriminadas ou humilhadas. Embora nem tudo o que foi proposto tenha sido alcançado, as comunidades viram seus desejos realizados de alguma forma.

Romel, quais serão os próximos passos da Assembleia em Cuenca após o término da paralisação?

Romel – A Assembleia é um amplo espaço que surgiu na ebulição do protesto. O desafio agora é manter o contato e a união das organizações e pessoas que participam da mobilização. Acreditamos que esse espaço será mantido por alguns meses, sem tanta força assim, até que as mobilizações recomecem. Temos muito claro que o governo Lasso não vai parar com seus planos ou com sua repressão. O “acordo de paz” assinado [no último dia 30 de junho para tentar encerrar a paralisação] é apenas uma pausa para que o governo e os movimentos sociais, liderados pelo movimento indígena, recuperem forças e se organizem melhor.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3APLNYW](https://bit.ly/3APLNYW)



HIP-HOP

Batalha do FDL e a força cultural da juventude negra de Itinga

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

A ausência de uma praça, um final de linha ônibus desativado virou um espaço de batalha de rimas e de apresentação de hip-hop. Era julho de 2019, quando jovens negros e negras de Itinga, bairro da cidade de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, deram início à Batalha do FDL (Final de Linha).

“A Batalha do FDL constituiu-se como um espaço político e cultural protagonizado pela juventude negra e periférica, utilizando a cultura do hip-hop enquanto uma ferramenta que possibilita a expressão, o entretenimento e a auto-organização da juventude, através da arte, de forma independente e autônoma”, pontua Vander Bispo, um dos idealizadores da batalha e ativista do Movimento Aquilombar, coletivo de jovens onde atua a juventude do PSTU.

Itinga é o maior bairro popular de Lauro de Freitas, de uma população majoritariamente negra, sofre com a falta de infraestrutura e de políticas voltadas à cultura e à juventude. Era assim nos governos da direita e segue a mesma situação no governo municipal de Moema Gramacho (PT). A presença constante do Estado é através do seu aparato repressor, e não através de políticas públicas que visem melhorar a vida da população.

“A Batalha do FDL é o que foi negado para nós. É o direi-

to à cultura, à diversão, a se entreter e descansar a carne. É um projeto muito importante para a comunidade. É uma política tirada por nós, moradores do bairro, para enfrentar os problemas sociais que temos aqui, como o exemplo do extermínio da nossa juventude negra”, ressalta Vander.

“Queremos fazer da batalha um espaço seguro para a juventude, apontar novos caminhos, dar coragem e proporcionar autoestima. A batalha é um espaço de transformação e conscientização para lutar e seguir a vida, enfrentando esse sistema de exploração e opressão que é o capitalismo”, completa.

UMA ATIVIDADE COMUNITÁRIA

A Batalha do FDL foi abraçada pela comunidade, tornou-se uma atividade comunitária. Há o envolvimento desde os vendedores das barracas de lanches que estão localizados no final de linha ao morador que coloca um pula-pula para as crianças. As pessoas que estão indo comprar o pão ou comer o acarajé param e assistem as batalhas, contribuem com algum dinheiro, compram lanches para as crianças.

“É uma atividade comunitária, feita por nós, para nós. A batalha demonstra o quanto a comunidade de Itinga é resiliente e consegue, através da juventude, criar alternativas de segurança para meninos e meninas da comunidade. Criar espaços seguros a partir de arte e cultura é garantir



o acesso a direitos que foram negados. É mostrar que a comunidade tem jovens negros que são agentes de transformação social e estão dispostos a mudar a sua realidade local, através do hip-hop. A batalha é cuidado, participação, educação. É autonomia. E é isso que nos motiva a construir junto com essa galera, porque sonhamos juntos e corremos atrás para realizar”, afirma o jovem Felipe Cigarra.

Esse mesmo sentimento é dividido pelo MC Cinalera, um adolescente que viu na rima um incentivo à cultura na favela. “Somos carentes de projetos culturais. A batalha fortalece esse laço cultural, por isso gosto de incentivá-la e busco inserir as crianças no projeto. Incentivo elas a rimarem. Rimar é uma coisa boa, é

você se expressar, organizar o pensamento, é colocar pra fora o que sentimos. A roda cultural permite isso”, ressalta.

JUNTOS E MISTURADOS

A Batalha do FDL reúne crianças, adolescentes, jovens, homens e mulheres. Todos tratados com o mesmo respeito, com o mesmo direito a se expressar e a ocupar um espaço coletivo.

“Eu sempre acompanhava as batalhas observando, foi no FDL que participei a primeira vez fazendo rima. A participação das meninas é muito importante. Todas as vezes em que fui assistir ou participar diretamente sempre aprendi algo novo, pois a batalha vai para além do entretenimento. Ela é vida. É vivência. Esse é o papel da cultura hip-hop”,

diz a MC Kelly Andrade.

O microfone da Batalha do FDL está aberto a todos e todas da comunidade sempre aos domingos, às 16h. Lá as pessoas podem acompanhar as disputas de rimas comendo um lanche, um acarajé ou saboreando um delicioso brigadeiro, que é vendido para ajudar na manutenção do espaço. De forma autônoma e independente, a Batalha do FDL vem se consolidando de mãos dadas com a comunidade, que viu nesse espaço coletivo um lugar seguro às crianças e aos jovens da comunidade de Itinga.

CONFIRA



Acompanhe a Batalha do FDL no Instagram: @batalhafdl.

MÚSICA



GÍRIA VERMELHA LANÇA O ÁLBUM “BELA QUERIDA”

Treze anos após lançar o álbum “A Hora do Revide”, o grupo maranhense de rap Gíria Vermelha – formado por Hertz, Preta Lu, Verck e Luciana Pinheiro – apresenta o novo disco, intitulado “Bela Querida”.

São 15 faixas eletrizantes de uma realidade musicalizada por quem é parte dela e luta para transformá-la. O álbum conta com a participação de Marco Gabriel, Venny, Gugs, Nicinha-Griot, Akil e GC.

“Bela Querida” está disponível em todas as plataformas digitais. Você pode ouvir também no canal do Gíria Vermelha no YouTube.



Acesse pelo QR-Code
Ouça em todas plataformas digitais



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/30PR6SP](https://bit.ly/30PR6SP)

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Projeto reacionário para educação que só acumula fracassos

PROFESSOR ROBSON, PRÉ-CANDIDATO AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha (MDB), governador do Distrito Federal e aliado de Bolsonaro, iniciou o processo de militarização das escolas na gestão de Rafael Parente (PSB) em 2019. Nestes três anos, nas 17 escolas geridas pelo modelo militarizado, acumulam-se inúmeros casos de abuso policial, ameaças, agressões, tentativas de censura, e não há nenhum indício de melhora na qualidade do ensino.

O projeto de escola militarizada é uma das principais políticas de Bolsonaro para a educação no país e contou com a participação de Ibaneis no lançamento. O objetivo é tentar promover uma série de mudanças na educação para limitar a autonomia pedagógica dos educadores e travar uma luta ideológica no ambiente escolar, com uma pauta ultraconservadora que não aceita a diversidade sexual, o debate sobre a legalização

do aborto e a necessidade de enfrentar o racismo.

O projeto é voltado essencialmente para as escolas nas periferias, sobre o pretexto de disciplinar os estudantes e combater a violência na escola. Mas não é isso o que ocorre na prática.

A política educacional para a juventude da periferia é literalmente a polícia. A partir de uma visão racista e preconceituosa, justificam a repressão e diminuição das liberdades dentro das escolas militarizadas.

Esse projeto, aliás, não é uma exclusividade de Bolsonaro e seus aliados. Em vários estados do Brasil, inclusive governados pelo PT, tem sido aplicado. No caso da Bahia, governado pelo PT há 16 anos, existem mais de 100 escolas militarizadas. Desde 2013, no governo de Dilma (que foi complacente com o projeto), esses setores adotam o discurso da militariza-



ção das escolas públicas. É a cloroquina para a educação. Uma solução supostamente mágica para todos os problemas relacionados com a falência da educação pública.

Ao contrário do discurso oficial, a violência nas escolas militarizadas vem aumentando. De 2019 a 2022 o número de ocorrências dobrou nas escolas militarizadas do DF. O fracasso é tão gritante

que a Procuradoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal revogou uma nota técnica que considerava legal a militarização das escolas e passou a recomendar o encerramento do programa.

Os problemas da educação não serão resolvidos com a militarização. O verdadeiro problema da educação é a falta de verbas, de profissionais, de valorização dos educado-

res, de estrutura adequada e de uma política eficiente de assistência estudantil. Mas a política de Bolsonaro é oposta ao que precisa a educação. Por isso, neste ano, 14% do orçamento do Ministério da Educação já foi cortado. Derrotar o projeto educacional reacionário de Bolsonaro e de seus aliados é o primeiro passo para tirar a escola pública do buraco.

AMAZÔNIA

Alerta de desmate é o maior em sete anos



Bolsonaro vem batendo recordes seguidos de desmatamento na Amazônia. A área sob alerta de desmatamento durante o primeiro semestre de 2022 é a maior em sete anos, de acordo com sistema de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram 3.750km², índice superior ao dos anos anteriores, mesmo sem contabilizar os dados dos últimos seis dias de junho.

O Estado do Amazonas é o primeiro da lista do desmatamento, com 1.131km², seguido do Pará (1.059km²) e de Mato Grosso (818km²).

Os dados de janeiro e fe-

vereiro já apontavam que teríamos um semestre de grande desmatamento no Brasil, já que eles acumularam recordes. Normalmente, o período entre dezembro, janeiro, fevereiro e março acumula taxas menores de desmate, já que está dentro da estação chuvosa. No entanto, as taxas atuais se comparam aos registros da estação seca em anos onde houve maior ação contra os crimes ambientais.

Durante todo o governo de Bolsonaro, o desmatamento só aumentou nos primeiros semestres de cada ano. Em 2019, foram 2.446km² de áreas desma-

tadas na Amazônia. Em 2020, esse número subiu para 3.081km². Já em 2021, chegou a 3.605km². Este ano, um novo aumento, batendo o recorde de 3.750km².

Os incêndios na Amazônia atingiram maior volume para junho em 15 anos. Segundo o Inpe, foram 2.562 focos de queimadas na região. Todos os meses de junho sob o governo Bolsonaro apresentaram aumento de queimadas na Amazônia. Em junho de 2019, foram 1.880 focos. No mesmo mês de 2020, foram 2.248 e, em 2021, o número chegou a 2.308. O recorde para o mês é de 9.179 focos, em 2004.

CEARÁ

Vera participa do lançamento da pré-candidatura de Zé Batista a governador

ROBERTO AGUIAR, DE SALVADOR (BA)

Vera esteve em Fortaleza, capital do Ceará, e participou do lançamento da pré-candidatura do operário da construção civil Zé Batista a governador pelo PSTU e pelo Polo Socialista e Revolucionário.

O evento, que aconteceu no auditório da Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços do Estado do Ceará (Fetrace), contou com a presença de operários da construção civil, cobradores e motoristas de ônibus, bancários, professores, servidores públicos, juventude e trabalhadores rurais. Vieram duas delegações do interior do estado, das cidades de Iguatu e Cariri. Também participaram da plenária os militantes da Alternati-



va Socialista, corrente do PSOL, que constrói o Polo Socialista e Revolucionário.

Além da pré-candidatura de Zé Batista, foram apresentadas as pré-candidaturas de Reginaldo Ferreira (vice-governador), Raimundão (deputado estadual), Edweyne (deputado federal) e Carlos Silva (senador).

“Os trabalhadores e trabalhadoras cearenses terão

uma alternativa socialista e revolucionária nestas eleições. Uma alternativa contra o projeto de ultradireita de Bolsonaro e contra o projeto do PT de aliança com a burguesia”, afirmou Vera em seu discurso.

Zé Batista ressaltou a importância de apresentarmos “uma alternativa contra tudo o que está aí”. Para o operário da construção, as

pré-candidaturas do PSTU e do Polo Socialista e Revolucionário são alternativas “ao bolsonarismo, que defende um projeto racista, LGBTIFóbico, machista e autoritário”. Contudo, “sem semear ilusões na democracia dos ricos e em seus representantes ‘democráticos’”.

O pré-candidato a governador do Ceará pontuou que a

“frente ampla de Lula/Alckmin não é a saída. Seu programa capitalista não resolve nossos problemas. Lula e Dilma já governaram aliados aos patrões, e isso deu errado. Alckmin atacou de todas as formas os trabalhadores e os pobres. O PT no Ceará, por exemplo, aplicou a reforma da Previdência estadual, atacando os direitos dos servidores”.

GIRO PELO NORDESTE

Vera continua o giro pelo Nordeste. Ela visita o Rio Grande do Norte, nos dias 6 e 7 deste mês. Depois, segue para a Paraíba, onde realiza atividades em João Pessoa e Campina Grande. No dia 10, Vera desembarca em Salvador, onde realiza atividades no dia 11. Já no dia 12, participa de atividades no interior da Bahia, na cidade de Alagoinhas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NIXWT3](https://bit.ly/3NIXWT3)

NO SITE



Acompanhe a agenda da pré-campanha no site (www.vera.pstu.org.br) e nas redes sociais da Vera.

-  - Dias 6 e 7: Rio Grande do Norte
-  - Dias 8 e 9: Paraíba  - Dias 10, 11 e 12: Bahia



Para acessar, basta digitar:
www.vera.pstu.org.br



Vera participa do lançamento das pré-candidaturas do PSTU e do Polo Socialista Revolucionário no Ceará

NÓS POR NÓS!

Colabore com a vaquinha virtual da pré-campanha da Vera

Já está no ar a Vaquinha Virtual da pré-campanha da Vera. É a vaquinha do peão, sem dinheiro do banqueiro ou do patrão. A independência financeira garante a independência política.

“Para os trabalhadores ganharem, os patrões têm que perder. Para sermos independentes dos ricos, não recebemos um centavo da elite, das grandes empresas, banqueiros e bilionários”, afirma Vera.

“Nossa campanha será financiada pelos trabalhadores, para quem e com quem desejamos governar. Enquanto a maioria das organizações ditas de esquerda recebe dinheiro de empresários, o PSTU se orgulha de manter sua independência financeira, garantindo nossa independência política. Somos livres para falar o que defendemos, sem rabo preso com os patrões. Nosso compromisso é com a classe trabalhadora,

somente a ela temos contas a prestar”, ressalta a pré-candidata à Presidência do Brasil pelo PSTU e pelo Polo Socialista e Revolucionário.

É FÁCIL CONTRIBUIR

Para contribuir é muito fácil. Basta acessar o link www.doa.la/vera-2022-pstu ou clicar no QR-Code ao lado. Escolha o valor da contribuição e finalize. Assim, você estará fortalecendo uma alternativa dos trabalhadores: revolucionária e socialista!

NÓS POR NÓS

É VAQUINHA DE PEÃO! SEM DINHEIRO DE BANQUEIRO OU DO PATRÃO!

CHEGA JUNTO E COLABORE